
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA E REGIÃO

Ana Carolina Marion Santos

Professora da Faculdade de Ciências Gerenciais - FCG
Administradora de Empresas pela Universidade São Francisco
e-mail: karolmarion@gmail.com

Celso Luiz Concheto

Professor da Faculdade de Ciências Gerenciais - FCG
Bacharel em Ciência da Computação pela Faculdade de Campo Limpo Paulista
e-mail: clucster@gmail.com

Resumo: Procurou-se desenvolver um projeto de empreendedorismo social para a criação de uma ONG, destinada ao desenvolvimento de empreendedores sociais e suporte técnico aos empresários de micro e pequenas empresas de Campo Limpo Paulista. Ficou evidente, pela análise dos dados coletados ao longo do desenvolvimento do trabalho, que existe uma natural vocação da região para o desenvolvimento de novos modelos socioproductivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego. A proposta de incubadora observa os princípios da sustentabilidade econômica e tem como objetivo a prestação de serviços de suporte à criação de empreendimentos socioambientais e de aprimoramento do processo de gestão sustentável das micro e pequenas empresas, já em funcionamento na região. Também objetiva apoiar o crescimento econômico e cultural na cidade de Campo Limpo Paulista.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; empreendedorismo social; incubadora de empreendimentos socioambientais.

Abstract: A project of social entrepreneurship has been developed having in mind the founding of an ONG focused on the development of social entrepreneurs and on technical support to owners of micro and small companies of the city of Campo Limpo Paulista, Sao Paulo, Brazil. The analysis of the collected data has shown a natural vocation of this region towards the development of new socio-productive models and alternative systems of production, trade and employment. The proposal of the incubator takes principles of economic sustainability into account and aims at giving support to the creation of socio-environmental ventures and at improving the process of sustainable management of the aforementioned micro and small companies, already active in the region. It also aims at supporting the economic and cultural growth in the city of Campo Limpo Paulista.

Keywords: sustainable development, social entrepreneurship, incubator of socio-environmental ventures

1. Objetivo do Trabalho

O objetivo do trabalho foi viabilizar a criação de uma ONG de empreendimentos sociais, destinada ao suporte técnico de micro e pequenas empresas e de novos negócios sustentáveis em Campo Limpo Paulista. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa junto aos moradores locais e turistas para identificar a vocação econômica da região.

Uma das principais hipóteses da pesquisa foi confirmar as possibilidades do desenvolvimento sustentável e de outros empreendimentos socioambientais, bem como de implementar uma organização sem fins lucrativos voltada à prestação de suporte técnico aos empreendedores locais.

O pressuposto adotado neste trabalho foi que a exploração econômica consciente, com a preservação do meio ambiente, voltada à geração de empregos e renda para a comunidade, seria uma alternativa factível, de curto prazo, para o desenvolvimento sustentável de Campo Limpo Paulista e região.

O potencial que o município possui é extremamente significativo em termos de riquezas naturais, históricas, culturais, gastronômicas, de artesanato regional e de agronegócios. Isso pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, gerando uma dinâmica de atividades econômicas, criadora de significativas transformações no município e região.

Este diagnóstico pode servir de referência para o planejamento de uma incubadora de empreendimentos sociais, a ser criada dentro dos contornos delineados no presente trabalho. A pesquisa desenvolvida foi consubstanciada no contexto regional, considerando a existência de:

- infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável;
- possibilidades de aproveitamento do potencial de educação básica e, principalmente, de ensino superior existente na cidade;
- atrativos naturais, ecológicos, históricos, gastronômicos, artesanais e culturais;
- viabilidade econômica de exploração do turismo sustentável, dada a existência de demanda reprimida, representada pelos turistas em potencial, para a geração de renda; e
- visão positiva dos moradores da região em relação ao turismo sustentável, o que evidencia possibilidades de apoio à implementação de empreendimentos socioambientais.

A pesquisa, dado o enorme potencial da região para empreendimentos socioambientais, procurou abranger o conjunto de serviços diferenciados que o município pode oferecer aos turistas. É o potencial de turismo sustentável existente no município e região, possível de ser desenvolvido, alicerçado nos aspectos geográficos, culturais, históricos, e de agronegócios, entre outros. A cidade pode receber pessoas de cidades próximas à procura de degustação de vinhos, artesanato regional, trilhas, cachoeiras, esportes de aventura ou apenas um local para descansar. Constatou-se que a grande maioria destes visitantes retorna à sua cidade de origem no mesmo dia, o que representa um enorme potencial de crescimento turístico. Além disso, a região tem uma grande variedade de atividades folclóricas e eventos do circuito das frutas, que acontecem durante o ano todo e que atraem visitantes, no contexto do turismo de curta duração.

O plano de criação da incubadora social, análoga a uma organização não governamental – ONG, quanto à sua natureza de atuação, busca convergir interesses de empresários, do governo municipal e de cidadãos em geral. Uma vez definido e delimitado o objetivo deste trabalho, foi feito um levantamento de dados secundários (informações especializadas e bibliografia pertinente ao tema) e de dados primários, coletados por meio do uso de questionários, aplicados no município de Campo Limpo Paulista e região.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Empreendedorismo Sustentável

O empreendedorismo surgiu na economia francesa por volta dos séculos XVI e XVII. Em francês, o termo empreendedor, “*entrepreneur*” significa aquele que assume riscos e começa algo novo.

Segundo o economista Joseph A. Schumpeter (1883-1950), “O empreendedorismo é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais.” (DORNELLAS, 2005, p.39). Ele considerou os empreendedores como pessoas inovadoras que dirigem um processo criativo-destrutivo do capitalismo, ou seja, são os agentes de mudanças da economia.

O economista francês mais conhecido foi Jean Baptiste Say (1767-1832), que empregou o termo no sentido de que “O empreendedor move recursos econômicos de uma área de baixa para uma área de maior produtividade e grande retorno”. (FILLION, 1999)

O empreendedorismo social é um termo novo e está em construção. Ele descende do empreendedorismo, mas apresenta diferenças nos aspectos de geração de valor. O empreendedorismo depende e é movido pelas leis de mercado para gerar valor econômico e o empreendedorismo social é movido pela missão social do empreendimento para gerar valor social. De acordo com Ashoka e McKinsey (2001), “Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais através da inovação, da força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário.”

Para Pádua e Rouere (2002), do empreendedorismo social: “constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores, cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas.” (apud GODOI-DE-SOUZA, 2008).

E, segundo Melo Neto e Froes (2002), “Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio social, que na tem sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado.”

Já Peter Drucker (1998) dá uma nova interpretação do empreendedorismo voltada ao nosso século: “O empreendedor sempre busca a mudança, a responde e a explora como uma oportunidade”. Para Drucker, os empreendedores exploram as oportunidades que as mudanças econômicas criam gerando valor.

Kliksberg (1997) aborda o empreendedorismo social como um agente da criatividade comunitária, pois, neste caso, realiza-se uma ação inovadora aplicada ao social (instituições, bairros, comunidades), como processo criativo. Dessa forma, o intuito é perceber onde a sociedade está estagnada e, assim, encontrar uma nova maneira criativa de resolver tal problema, ante uma perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável localmente (apud OLIVEIRA et al, 2008).

Melo Neto e Froes (2002) apresentam o empreendedorismo social como um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento: humano, social e sustentável (apud OLIVEIRA et al, 2008).

Oliveira coloca que “os autores citados também entendem que a comunidade autosustentável será viabilizada através do fomento de ações empreendedoras de cunho social e de novas estratégias de inserção social e de sustentabilidade. Até porque uma comunidade “empoderada” é terreno fértil para a criação, o gerenciamento e o desenvolvimento de empreendimentos. Portanto, as ações de “empoderamento” proporcionam uma base

econômica capaz de assegurar o surgimento de novos empreendimentos, bem como sua sustentabilidade” (OLIVEIRA et al, 2008).

Podemos complementar que o empreendedorismo deve ser tratado como fonte de inovação com sustentabilidade.

Observa-se, nas organizações sociais brasileiras, uma necessidade crescente de buscar a diversificação na sua base de sustentabilidade, o que tem levado várias dessas organizações a se redefinirem como verdadeiros negócios sociais (ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MCKINSEY & COMPANY, 2006 apud Bontempo, 2008).

Novas combinações de recursos, sob a forma de inovações em suas diversas configurações, são necessárias e urgentes para o alcance de metas mundiais de desenvolvimento sustentável. O papel da Administração, neste contexto, cresce em importância e destaque, face às múltiplas competências a serem mobilizadas na concretização de projetos econômicos e sociais de amplo alcance.

2.2. O Estado e os Empreendimentos Sociais

Profundas mudanças na natureza das atribuições do Estado estão ocorrendo, segundo Tachizawa (2007), nas esferas federal, estadual e municipal. Após várias décadas de convivência com um Estado que absorvia grande parte das responsabilidades pela provisão de bens e serviços públicos, ocorre, atualmente, movimento em direção a minimizar tais responsabilidades e enfatizar a função reguladora do Estado, em decorrência dos novos desafios impostos pelo avanço da privatização.

Estas mudanças, necessárias no papel do Estado, relacionam-se a um conjunto mais amplo de transformações que agita o mundo, tanto no cenário político quanto no econômico, e que está a exigir profundas mudanças de atitudes com referência ao relacionamento entre Estados (municipal, estadual e federal) e entre eles e sua sociedade.

A globalização financeira, a abertura comercial, a privatização de empresas públicas, a formação de blocos regionais e o fortalecimento dos poderes locais (descentralização) alteram radicalmente o contexto em que se situavam as estratégias de desenvolvimento dos países e exigem, em contrapartida, uma profunda revisão do papel a ser desempenhado pelo Estado nesse momento. A transformação do Estado provedor em um regulador traz modificação nos padrões de geração dos serviços públicos e na gestão das organizações pertencentes ao Terceiro Setor.

As organizações governamentais, como Primeiro Setor, representam: órgãos da administração direta e indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações e estatais afins. Na análise das estatais, notabilizadas, invariavelmente, por se desviarem de seus propósitos iniciais, percebe-se que foram criadas para ocuparem lacunas estratégicas no meio econômico, que o setor privado, isoladamente, não poderia ocupar e, também, visando compensar as deficiências da administração direta, resultando, com isso, em um fenomenal crescimento e diversificação.

Representam uma pluralidade de estruturas, não necessariamente constituindo um conjunto ordenado de agentes, tendo como característica comum o fato de terem se originado de uma mesma fonte, o Estado. Na maior parte dos casos, as estatais posicionam-se em áreas específicas de atuação, em geral detendo o monopólio ou o controle do mercado, onde organizações privadas teriam dificuldades devido à necessidade de manutenção de preços, tarifas e dimensões economicamente vantajosas. O setor governamental de serviços públicos, dado seu extraordinário crescimento, influenciou a estagnação da capacidade do Estado em fazer frente às suas tradicionais atividades-fim, como saúde, segurança, saneamento básico, educação, transportes, dentre outras.

O crescimento das estatais se deu de forma pouco articulada e planejada, o que limitou as possibilidades de realizações de estratégias conjuntas, não só entre as diferentes esferas

federal, estadual e municipal, como entre órgãos da administração direta e indireta, reduzindo, com isso, a eficácia das políticas macroeconômicas.

Já as organizações privadas, como segundo setor, face às mutantes e crescentes exigências de clientes, fornecedores, empregados e de seus gestores, procuram agir de forma responsável em seus relacionamentos internos e externos. Neste contexto, e ocupando espaços criados entre o primeiro e segundo setor, surgem as ONGs e demais tipos de organizações sociais, na forma de um empreendedorismo específico para a geração de serviços públicos, batizado como *Terceiro Setor*.

É justamente pela falta de atuação do Estado em determinadas atividades de prestação de serviços públicos, que permitem não só a atuação de ONGs, como também o surgimento do empreendedorismo na iniciativa privada. Parcelas significativas de autores em empreendedorismo sugerem a expansão de micro e pequenos negócios em todas as suas formas como solução socioeconômica para o desenvolvimento local.

Autores como Bowen, D., Siehl, C. e Schneider, B. (1991), Gadiesh, O. e Gilbert, J.L. (1998), Wise, R. e Baumgartner, P. (1999) comungam desta opinião, bem como preceituam que receitas substanciais podem ser geradas de uma base instalada de serviços com longo ciclo de vida nas micro e pequenas empresas.

E que a prestação de serviços, em geral, proporciona margens mais elevadas do que a comercialização de produtos; e os serviços fornecem uma fonte mais estável de receita pelo fato de que são resistentes à instabilidade dos ciclos da economia nacional (Tachizawa e Faria, 2006).

Estas são algumas das forças que direcionam as crescentes alternativas de empreendedorismo, inclusive social, e a formação de parcerias em serviços Lojo (1997). Apesar da existência de um potencial de obtenção de lucro em serviços, observa-se que a lista de organizações com forte estratégia em serviços não é tão extensa como preconiza a literatura.

Com poucas exceções, a transição de prestadores de serviços tem sido relativamente lenta e cautelosa (VDMA: 1998). A otimização no relacionamento entre a organização e o meio ambiente que a cerca pode ser formalizada para produzir e articular resultados na forma de integração sinérgica de decisões e ações organizacionais, segundo Mintzberg & Quinn (2001).

Contempla a implementação de mercado-alvo, produtos ou serviços, metas de lucro, preço, distribuição e orçamentos (Kotler: 1998). De acordo com Vasconcelos & Pagnoncelli (2001), deve-se promover o ajuste e a adequação estratégica das tecnologias disponíveis de toda a organização como uma ferramenta de gestão organizacional contemplada pelos conceitos de qualidade, produtividade, efetividade, modernidade, perenidade, rentabilidade, e sustentabilidade.

Assim, contemplam-se os conceitos de modelagem estratégica de negócios, de inovação, de competitividade e de gestão do conhecimento com o somatório dos conceitos de inovação, criatividade, qualidade, produtividade, efetividade, e sustentabilidade, como claramente explica Rezende (2003).

O modelo de alinhamento proposto contempla: tecnologia da informação; sistemas de informação e do conhecimento; pessoas ou recursos humanos; contexto organizacional ou infraestrutura (Rezende: 2003).

As informações dentro das organizações passam por ciclos evolutivos, até serem plenamente estruturadas e disponibilizadas na forma de conhecimentos compartilhados. Esses ciclos evoluem em estágios crescentes e também diferentes para cada organização consoante Prahalad & Hamel (1990) e Nolan (1993).

O entendimento e as aplicações dos conceitos de governança pública e política do terceiro setor, segundo Marques, Cunha & Meirelles (2002), podem contribuir no alinhamento proposto.

A nova governança pública, também chamada de *new public management* (NPM), pressupõe aplicar, nas organizações públicas, os modelos de gestão originalmente oriundos da iniciativa privada e dos conceitos de administração estratégica, de competitividade e de empreendedorismo (Osborne & Gaebler, 1992).

Estes conceitos e técnicas aplicáveis ao empreendedorismo e à gestão das micro e pequenas empresas podem possibilitar o embasamento conceitual para que a ONG proposta neste estudo possa orientar e proporcionar suporte técnico em termos de sustentabilidade aos microempresários e empreendedores em geral.

Organizações não governamentais - ONGs (Tachizawa, 2007) são entidades de natureza privada (não-públicas), sem fins lucrativos, que, juridicamente, caracterizam-se como associações ou fundações.

Neste tipo de organização, enquadram-se, também, as organizações da sociedade civil - OSC, organizações sociais - OS, organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP.

As ONGs podem ter como foco de atuação: educação; saúde; cultura; comunidade; apoio à criança e ao adolescente; voluntariado; meio ambiente; apoio a portadores de deficiências; parcerias com o Governo; e outras categorias de atuação. Não possuem um termo definido em lei, mas uma categoria que vem sendo socialmente construída e usada para designar um conjunto de entidades com características peculiares, reconhecidas por seus agentes, pelo senso comum ou pela opinião pública.

As ONGs operam, em termos de estrutura interna, obrigatoriamente, com órgão de natureza deliberativa (Assembléia Geral) e órgão de natureza decisória (Diretoria, também denominada de Conselho Administrativo). A criação do Conselho Fiscal é obrigatória em certos casos, diferente da do Conselho Consultivo, que é sempre facultativa.

As motivações para a criação de uma instituição formal são diversas, porém coincidem na idéia de autonomia, de flexibilidade organizativa e de profissionalização que a fórmula ONG evoca.

Pode-se tomar como exemplo grupos de cristãos que, por motivos diversos, desejam autonomizar-se com relação à estrutura eclesiástica.

Pesquisa do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – IPEA (2007) revela que, entre 780 mil organizações privadas com um ou mais empregados no País, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, 59 % das organizações pesquisadas (462 mil) têm investimentos voltados ao atendimento de comunidades carentes. 25% da população brasileira, aproximadamente, pratica algum tipo de trabalho voluntário ou ação solidária.

O Brasil é o 69º colocado no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2007), que avalia a qualidade de vida em cada país, observando a evolução de parâmetros de educação, renda e expectativa de vida.

Pesquisa da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG, 2007), entidade que congrega as maiores ONGs do País, revela que atualmente estas organizações têm buscado educar, formar e capacitar politicamente os indivíduos, principalmente aqueles organizados coletivamente, em movimentos populares e sindicatos.

De acordo com a ABONG (op. cit.), a maior parte das ONGs, 65 %, declarou atuar na área educacional. Questionadas se trabalhavam ou não com voluntários, 62,8 % das ONGs respondeu afirmativamente, o que representa um crescimento superior a 100 % em relação aos dados de 1998. Para as ONGs, a conscientização política é a maior preocupação em relação ao voluntariado.

Tabela 1: Áreas de atuação das ONGs – Início/Final da década de 90

Projetos e Beneficiários	Início%	Final%
1. Educação e/ou profissional	25,85	65,76
2. Desenvolvimento Comunitário	4,08	20,65
3. Ecologia	11,56	34,24
4. Direitos Humanos	10,88	47,28
5. Crianças e/ou Adolescentes	25,85	48,37
6. Organização popular/ participação popular	35,12	60,87

Fonte: Elaboração a partir dos Catálogos da ABONG (Santos, 2007)

Como beneficiárias principais, segundo 61,7% das ONGs pesquisadas, estão as organizações populares e os movimentos sociais. No Brasil, desde que o Estado deixou de ser o único agente implementador de políticas sociais, passando a trabalhar em parceria com a sociedade civil, o trabalho das ONGs vem ganhando importância.

O público atingido pelos trabalhos das ONGs é bastante diversificado, incluindo como beneficiários desde associações, sindicatos, grupos definidos por religião, como paroquianos, evangélicos, umbandistas, crianças de rua, trabalhadoras, etc, até entes de setores marginalizados ou discriminados, como portadores de deficiências físicas, moradores de rua, presos comuns, recortes étnicos, ou de gênero, como negros, povos indígenas, mulheres.

Os autores pesquisados confirmam o deslocamento da prestação de serviços públicos do Estado para o Terceiro Setor, com a evidência de crescimento do aporte de verbas dos órgãos governamentais nas três esferas federativas (Tachizawa, 2007). E, mais ainda, que os empresários de micro e pequenas empresas têm papel fundamental no contexto da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.

“As organizações do setor estão diante do desafio de pensar as suas relações, seja com organizações do próprio setor, ou com organizações do Estado e com as empresas, e ainda com a própria comunidade, de forma a aumentar a sinergia entre uma e outra e a aprofundar a reciprocidade destas relações, na busca da sua sustentabilidade.” (GODOI-DE-SOUZA, 2008).

Em uma pesquisa realizada pelo DataSenado, SENADO FEDERAL (2006), entre os apontamentos encontramos que:

- “A crescente urbanização e complexidade da sociedade brasileira é campo fértil para o desenvolvimento das Organizações Não-Governamentais, juntamente com as carências e desigualdades que marcam o atual estágio do desenvolvimento nacional”, e que
- “O universo de atuação das ONGs ampliou-se de forma expressiva, desdobrando-se de campos tradicionais na área social para alcançar temas políticos, de direitos humanos, econômicos, ambientais, agrários e científicos. As perspectivas sugerem maior vigor na multiplicação de entidades do que em relação à diversidade das áreas de atuação”.

2.3. Associativismo e Cooperativismo aplicado aos Empreendimentos Sociais

O associativismo pode ser definido como uma união de pessoas diferentes, em busca de um objetivo comum. Tem como base a cooperação entre os envolvidos.

Como sabemos, ficamos mais fortalecidos quando participamos de uma organização coletiva, mas não podemos esquecer que o associativismo é formado por pessoas diferentes, sujeitas a acertos e erros, com fortalezas e fraquezas.

Segundo o “Guia para o Associativismo” (2001:5), “O Associativismo é a expressão organizada da sociedade, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constituiu um importante meio de exercer a cidadania”.

A importância e o valor do associativismo decorrem do fato de constituir uma criação e realização viva e independente; uma expressão da ação social das populações nas mais variadas áreas.

Segundo José de Almeida Cesário, o associativismo é expressão e exercício de liberdade e exemplo da vida democrática. É uma escola de vida coletiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de independência, de humanismo e cidadania. Concilia valor coletivo e individual. Pelo que, defender, reforçar, apoiar e promover o desenvolvimento do movimento associativo é defender e reforçar a democracia e a participação dos cidadãos na vida social.

O Movimento Associativo é um produto social. Transforma-se com a evolução social, acompanha e participa ativamente nessa transformação. Realiza-se tanto mais profundamente quanto mais tenha claros os objetivos da sua intervenção, o seu projeto próprio e o projeto de sociedade para que está orientado o conteúdo fundamental da sua ação.

Para Puttman (1996, apud UNIRCOOP, 2003), é como um amálgama de elementos como confiança, coesão social, civismo, lutas e projetos conjuntos que facilitam a cooperação para o benefício mútuo da sociedade. “É uma cultura, é uma maneira de ver, viver e conviver” (Costa, Revista SEBRAE, 2002). Para (UNIRCOOP, 2003), a essência desta sociedade civil está na união dos esforços e no estabelecimento de outro tipo de agir coletivo fundamentado na repartição do ganho.

Muitos autores afirmam que o associativismo é uma forma de união de povos e/ou comunidades que procuram, de forma econômica desinteressada, alcançar um objetivo, com uma personalidade jurídica própria, conferida, no nosso caso, pela lei portuguesa.

Portanto, podemos afirmar que o associativismo, enquanto movimento de união e desinteresse econômico, é um ato de liberdade e de opção para qualquer pessoa. Esta pode, de livre vontade, formar a sua própria associação, além do que elas independem da quantidade de membros, pois, como afirma Carvalho (Revista SEBRAE, 2002), “O problema não é ser pequeno, mas ser sozinho”.

“Uma associação forma-se por decisão voluntária (...) no sentido dos objetivos que lhes satisfaçam as necessidades (...)” (Elo Associativo nº. 17, 2001:16).

Pires (1978:9), citando Bastos (1950), coloca que “A Associação é a reunião de duas ou mais pessoas que põem em comum, de uma maneira permanente, os seus conhecimentos ou a sua atividade para um fim que não é o de partilhar os benefícios”.

Trata-se de um movimento no qual as pessoas se agrupam em torno de interesses comuns, constituindo associações, entidades com personalidade jurídica e com objetivos de ajuda e cooperação. (Guia para o Associativismo, 2001:5).

Enquanto forma privilegiada de intervenção da sociedade civil, o Associativismo, segundo o Guia para o Associativismo (2001:5), rege-se por três princípios:

- “De Liberdade – A adesão a uma associação é livre, tal como é livre a saída do movimento associativo”.
- “De Democracia – O funcionamento de uma associação baseia-se na equidade entre os seus membros, traduzida na expressão <um associado, um voto>.”
- “De Solidariedade – As associações resultam sempre de uma congregação de esforços, em primeiro lugar dos fundadores e depois de todos os associados.”

Quanto ao que se refere a cooperativas, segundo a Lei n.º. 5.746/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo: “Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.”

As cooperativas podem ser organizadas como união de trabalhadores e profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, em diferentes tipos:

- de serviços comunitários;
- de consumo;
- de trabalho;
- de agropecuárias e agroindustriais;
- de mineração;
- habitacionais;
- de produção;
- educacionais;
- de Crédito;
- especiais.

Cooperativas singulares são criadas para prestar serviços diretamente aos associados e atender a um único objetivo econômico, político ou social. Já as cooperativas centrais e federação são criadas para organizar, em comum e em maior escala, diversos serviços de, no mínimo, três cooperativas singulares, filiadas, orientando e integrando suas atividades. Confederações de cooperativas, por sua vez, são criadas para organizar, em comum e em maior escala, diversos serviços de, no mínimo, três cooperativas centrais ou federações, orientando e integrando suas atividades. E, por fim, cooperativas mistas são aquelas criadas para prestar serviços diretamente aos associados e atender a mais de um objetivo econômico, político ou social.

As cooperativas, quanto às relações de trabalho, apresentam características organizacionais vantajosas, quais sejam:

- eliminam a relação empregado-empregador;
- não existe a figura do intermediário e do atravessador;
- os próprios associados exercem a direção e a execução das atividades cooperadas;
- representam coletivamente os interesses e/ou necessidades de todos os associados;
- negociam melhores preços, prazos e formas de pagamento com os fornecedores;
- podem formar uma central ou federação de cooperativas, com base na união de pequenas cooperativas;
- asseguram direitos iguais a todos os sócios cooperados;
- permitem o desenvolvimento intelectual dos associados e de seus familiares.

James Coleman (Apud Costa, Revista SEBRAE, 2002) aponta três aspectos fundamentais para o progresso de uma organização cooperativista: (I) a capacidade de ter objetivos de médio e longo prazos, superando o imediatismo; (II) a capacidade de gerar coesão em torno desses objetivos, superando o individualismo; e (III) a capacidade de manter constância de propósitos na perseguição dos objetivos compartilhados, mesmo em face das adversidades, superando a tendência ao descontinuísmo endêmico.

Como exemplo de cooperativa singular tem-se a Coopamare de São Paulo (SP), que é uma cooperativa de moradores de rua que vivem do lixo. Proporciona uma alternativa de trabalho organizado que gera renda por meio da coleta, seleção, armazenagem e comercialização de materiais recicláveis. Também desenvolve um programa educacional sobre a importância da reciclagem. Essa cooperativa é um projeto social desenvolvido pela Companhia Suzano (papel e celulose) que mantém, ainda, o projeto Carvoeiro Cidadão (Conceição da Barra - ES). O propósito social foi a construção e a implantação de uma

cooperativa economicamente viável e ambientalmente adequada para beneficiar famílias carvoeiras desempregadas ou precariamente empregadas. O projeto propõe-se a possibilitar a humanização das condições de vida e de trabalho dos carvoeiros, a erradicar o trabalho infantil e a promover a qualificação profissional desses membros da comunidade.

Como estratégia de responsabilidade social, tem-se o caso, ainda, da implementação da Cooperativa dos Agentes Autônomos de reciclagem de Aracaju, iniciativa da empresa Maxitel de telecomunicações. Esse projeto está centralizado na construção de uma usina de reciclagem que assegura organização e renda mínima a catadores de lixo, em parceria com o Ministério Público, a Universidade Federal de Sergipe e outras 12 instituições públicas e privadas.

O projeto Cursos Semiprofissionalizantes (Minas Gerais), mantido pela Holdercim Brasil, (mineração), permitiu a criação de uma cooperativa de artesãos. A finalidade é gerar renda e facilitar a inserção ou a permanência no trabalho com a oferta de cursos e para incentivar a autosustentabilidade da comunidade.

Portanto, temos duas situações onde podemos verificar que existe espaço para os empreendedores realizarem seus projetos junto a outros profissionais de outros setores e até mesmo criar algo novo e ter todo o respaldo necessário para obter sucesso.

3. Potencial de Campo Limpo Paulista e Região

Esta incubadora poderia induzir o desenvolvimento econômico e social de Campo Limpo Paulista por meio da implementação de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego.

Como benefícios específicos da implementação de um processo de planejamento de desenvolvimento sustentável articulado, destacam-se:

- experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego (cooperativas para: reciclagem de lixo; fabricação de produtos ecológicos; oficinas de artesanatos; hortas comunitárias; e atividades afins);
- indução à criação, desenvolvimento e consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, associados ou não;
- suporte tecnológico aos empresários de micro e pequenas empresas para que ampliem seus negócios e linha de produtos visando torná-los fornecedores ecológicos das grandes empresas que mantém cadeias produtivas sustentáveis;
- desenvolver programas de treinamento e capacitação das empresas da região, de grande e pequeno porte, para avaliação socioambiental dos seus fornecedores dado que, legalmente, não se pode repassar a responsabilidade social e ambiental para terceiros;
- fornecimento de uma base racional para tomada de decisão para os setores público e privado em relação ao desenvolvimento local sustentável;
- articulação de trabalhos voluntários em projetos comunitários, com colaboradores de instituições públicas e privadas, a serem realizados pelas organizações sociais e empresas da região;
- preservação de uma base de dados de fornecedores de produtos e serviços, ecologicamente corretos, e de cadastro de voluntários corporativos e pessoas físicas, para fins de fornecimento de informações especializadas para empresas e organizações sociais da região;
- articulação de parcerias com cooperativas de trabalho existentes, por meio do fornecimento de cursos que visem qualificar trabalhadores e aprimorar técnicas de trabalho, tendo como objetivo a obtenção de uma mão-de-obra mais qualificada para atividades turísticas;

- fornecimento de suporte técnico para orientar as estratégias de conservação, preservação e restauração da biodiversidade nativa do município e região.

Esta proposta de incubadora apóia-se, também, nos conceitos de desenvolvimento humano e no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (PNUD, 2007). Ele parte do pressuposto de que para aferir a evolução de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse enfoque é apresentado desde 1990, que propõe uma agenda sobre temas relevantes ligados ao desenvolvimento humano e reúne tabelas estatísticas e informações sobre o assunto. O IDH, nos moldes propostos pelo PNUD, é publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países.

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto – PIB, *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas e nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”.

As condições de vida, no caso de Campo Limpo Paulista, conforme evidencia dados discriminados a seguir, ainda tem muito estágio de evolução a percorrer, razão pela qual a proposta de incubadora pode agregar contribuições de natureza socioambiental na região.

Tabela 2: Dados de condições de vida

Condições de Vida	Município	Reg. Adm.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS (ano 2002) (ano 2004)	Grupo 2 - Municípios com níveis de riqueza elevados e baixos indicadores sociais		
Índice Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (ano 2000)	0,805	...	0,814
Renda per Capita (Em salários mínimos) (ano de 2000)	2,16	2,83	2,92

Fonte: dados obtidos Fundação SEADE

Além de computar o PIB *per capita*, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB *per capita*, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países).

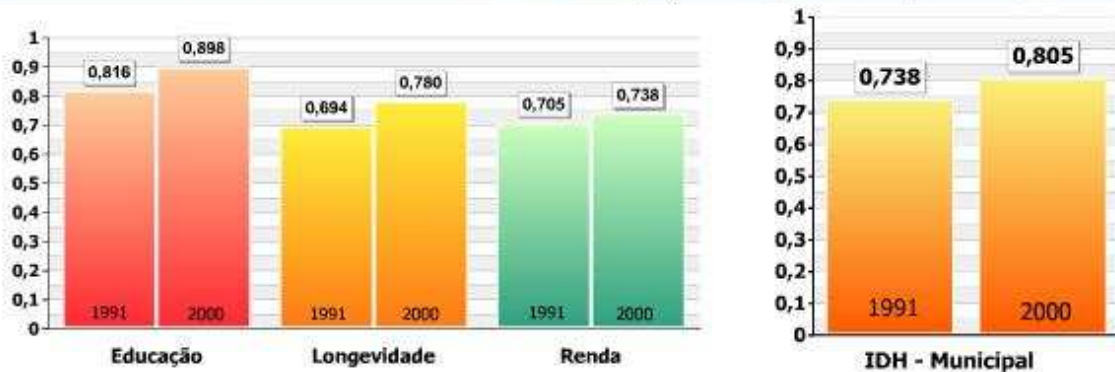
Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial.

No Brasil, tem sido utilizado pelos governos federal e municipal, e pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal.

Segundo o Programa das Nações Unidas (<http://www.pnud.org.br/>), o município apresenta indicador muito bom na área de saúde e de Índice de Desenvolvimento Humano com valores explicitados na tabela 3:

Tabela 3: Índices de Campo Limpo Paulista

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano		Campo Limpo Paulista - SP	
		1991	2000
IDH - Educação		0,816	0,898
IDH - Longevidade		0,694	0,780
IDH - Renda		0,705	0,738
IDH - Municipal		0,738	0,805



Fonte: http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp em 12 de junho de 2009 – 17:19

Estes dados estão coerentes com o Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo, denominado BIOTA-FAPESP (www.biota.org.br), e que considera a região de Campo Limpo Paulista e Jundiá como áreas prioritárias para a implementação de novas estratégias para conservação e recuperação da biodiversidade nativa. Há, portanto, carência significativa de emprego e renda visando à melhoria do IDH de Campo Limpo Paulista e região, o que poderia ser atenuado pela implementação de uma incubadora de empreendimentos socioambientais.

4. ONG de Empreendimentos Socioambientais

Conforme resultados apurados na pesquisa aplicada junto aos munícipes e turistas, evidenciou-se que uma das alternativas para a criação de empregos e aumento da renda da população é o turismo sustentável (Garó, Leite e Tachizawa, 2007). Outra constatação é que, embora a população tenha enfatizado a industrialização como solução para a região, segundo dados da Fundação SEADE, esta é uma opção saturada.

Este cenário tende a induzir uma demanda por serviços públicos não-estatais, voltados às questões socioambientais. Esta alternativa econômica pelo segmento de serviços pode ser suportada pela criação de uma incubadora, aqui denominada de Fundação Incubadora de Empreendimentos Socioambientais - FISA.

4.1. Aspectos Legais

Em termos de enquadramento legal, esta organização de apoio a empreendimentos sociais, de acordo com o novo Código Civil, pode ser constituída como associação civil sem fins lucrativos ou como fundação. Pelo fato de ter o benefício público como ponto central de seus objetivos, atividades e justificativas de existência, a incubadora sugerida, de finalidade socioambiental, poderia ser formalizada de modo a obter incentivos fiscais, imunidades e isenções a que está automaticamente sujeita como entidade de utilidade pública estadual (não seria utilidade pública municipal porque a proposta é que abranja, inclusive, os diversos municípios da região).

A incubadora, em termos de pessoa jurídica, poderia, portanto, ser constituída como uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira.

Sua finalidade legal, através de suporte técnico a empresários, empreendedores e autoridades governamentais da região, seria:

- a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego (cooperativas para: reciclagem de lixo; fabricação de produtos ecológicos; oficinas de artesanatos; hortas comunitárias; e atividades afins);
- a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- a promoção da educação socioambiental junto às empresas e à comunidade em geral;
- os estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos relacionados às atividades socioambientais.

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência são princípios constitucionais da administração pública que também se encontram previstos na lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

A adoção e a aplicação dos referidos princípios na estrutura societária de toda e qualquer entidade sem fins lucrativos que atenda a interesses públicos e esteja qualificada como OSCIP, deve ser incorporada ao contrato social da FISA como garantia de uma atuação transparente na gestão de recursos públicos. A referida lei é considerada o marco legal do Terceiro Setor e institui um novo regime jurídico para a contratação com a Administração Pública.

4.2. Configuração da ONG

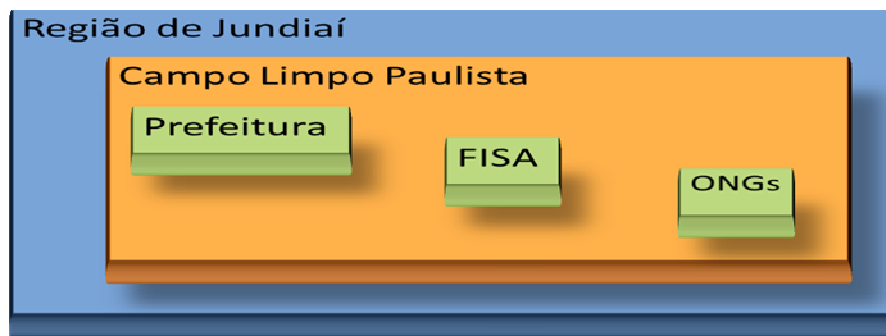
A missão da Fundação Incubadora de Empreendimentos Socioambientais – FISA seria fornecer apoio profissional aos empreendedores sociais e empresários de micro e pequenas empresas, contribuindo para sua inserção política, social e econômica em Campo Limpo Paulista e região.

Consiste num esforço para disseminar uma modalidade de desenvolvimento sustentável promovendo a interação acadêmica com a sociedade, através da troca de saberes, disponibilizando o conhecimento gerado na FACCAMP.

A socialização do acúmulo intelectual e científico da FACCAMP aos diferentes segmentos da população, através da FISA, visa sinalizar um caminho de crescimento econômico com sustentabilidade e preservação dos aspectos socioambientais de Campo Limpo Paulista e região.

O propósito da FISA, portanto, seria o desenvolvimento econômico e social do município de Campo Limpo Paulista e da região através do desenvolvimento de serviços de assessoramento técnico à comunidade local e à Prefeitura, em atividades sociais, educativas, culturais e de educação ambiental desta comunidade, possibilitando a geração de empregos e alternativas de desenvolvimento sustentável (vide figura 1).

Fig. 1: Abrangência da atuação da FISA



Visa, ainda, o estímulo e apoio às iniciativas da população de baixa renda que observem a melhoria de suas condições de vida e o pleno exercício da cidadania, na perspectiva de construção de uma comunidade economicamente sustentável. Propõe-se que a FISA tenha como foco de atuação a prestação de serviços a novos empreendimentos sociais sustentáveis, cooperativas e a micro e pequenas empresas já existentes, e que tenham propósito de incorporar suas atividades econômicas no contexto socioambiental. O escopo de atuação da FISA, sempre em parceria com a prefeitura local e organizações sociais da região, seria a educação socioambiental direcionada à defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. Outra atividade viável de ser exercida seria a orientação técnica à criação de novos empreendimentos, voltados a: promoção do turismo ecológico; promoção do desenvolvimento econômico e social; estímulo à parceria entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades em atividades que visem o interesse comum; desenvolvimento de serviços de assessoramento técnico à comunidade local em atividades sociais, educativas, culturais, ambientais; fortalecimento de ONGs e de cooperativas/movimentos populares; e educação ambiental. A prestação de suporte técnico à Prefeitura Municipal para a capacitação de serviços básicos e de infraestrutura, visando o desenvolvimento de atividades de ecoturismo no município, poderia ser outra atividade técnica.

Suas fontes de recursos podem estar consubstanciadas, principalmente, em fontes de receitas próprias e verbas de convênios com empresas, fundações e institutos empresariais; agências nacionais de cooperação; órgãos governamentais estaduais; órgãos governamentais municipais; e afins. Desde que vinculado ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, aprovado pela FINEP – Financiadora de Projetos e Pesquisa, e à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO, essas instituições podem se constituir em fontes alternativas de recursos financeiros para alavancar as atividades da incubadora sugerida.

5. Estratégias de Atuação

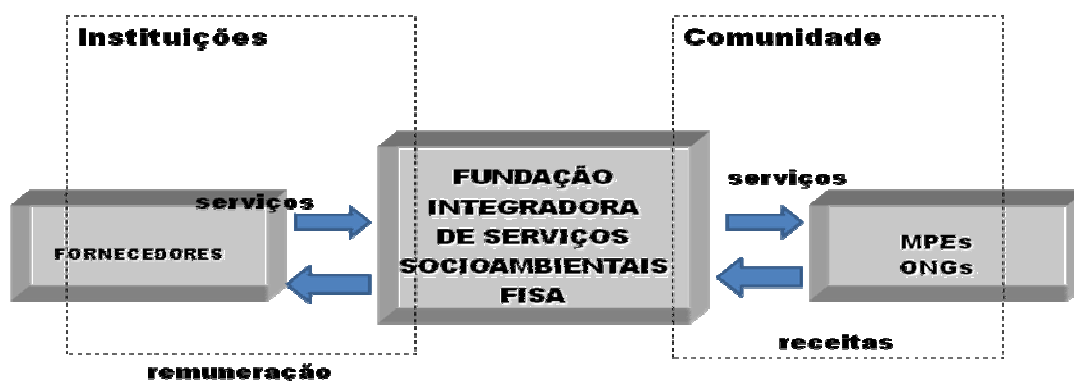
5.1. Parcerias e Alianças Estratégicas

A proposta de criação da incubadora para atendimento da demanda de novos empreendimentos sociais, das instituições educacionais e prefeituras, dos microempresários da cidade e região teria como estratégia básica a intensa participação da comunidade local. Ao inserir a população nas suas atividades, incentivar o turismo e trabalhar o conceito de desenvolvimento sustentável com a população, esta incubadora poderia ganhar visibilidade e credibilidade da população para que as ações propostas pudessem ser efetivamente realizadas.

Como estratégia de captação de recursos sugere-se que, inicialmente, a incubadora subsista inteiramente com as rendas auferidas pela prestação de serviços técnicos ao Governo Municipal de Campo Limpo Paulista, Prefeituras das cidades da região, e organizações sociais em geral (ONGs, cooperativas e associações de moradores locais).

Conforme ilustrada na figura 2, a atuação da FISA ocorreria, essencialmente, em parceria com a FACAMP, para obtenção dos recursos tecnológicos representados pelo acervo intelectual de seus professores e, na outra ponta da cadeia socioambiental, com as organizações sociais que interagiriam diretamente com a população do município e região.

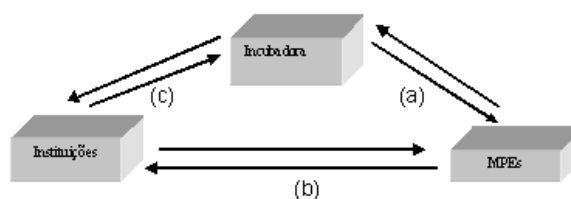
Figura 2. Cadeia produtiva sustentável



Fonte: concepção dos autores

Uma iniciativa em benefício de trabalho e renda local poderia ser a criação de cooperativas e associações de artesãos e de artistas da região que poderiam, além de proporcionar renda aos munícipes, gerar produtos aos turistas que Campo Limpo Paulista poderia demandar. Exemplo nesse sentido poderia ser a criação de um *Grupo de Artesanato de Campo Limpo Paulista*, cuja formalização jurídica e operacional poderia ser preparada pela incubadora social (FISA). A Prefeitura poderia proporcionar a infraestrutura necessária para a comercialização dos produtos gerados pelo artesanato regional, transformando-se em ponto de passagem obrigatória de turistas que visitam a região. O empreendimento poderia resultar na geração de emprego e renda, dois componentes importantes na vida de uma comunidade que poderia frutificar a partir de uma simples criação de incubadora, sem ônus para os cofres públicos. Ou seja, a **incubadora** poderia atuar, indiretamente, em regime de parceria com **instituições** (FACCAMP, Associação Comercial e Industrial e Prefeitura Municipal) e com as **MPEs** (micro e pequenas empresas; ONGs; associações e cooperativas) que, de fato, se incumbiriam da operacionalização da cadeia produtiva sustentável a ser criada, como sugere a figura 3.

Fig. 3: Articulação institucional da FISA



Outro exemplo factível seria a formação de um grupo de pessoas interessadas na arte da tecelagem manual, que poderia se reunir para formar uma cooperativa através de teares manuais produzindo tecidos artesanais. A proposta de produção manual de tecidos poderia despertar interesse de profissionais da moda, sempre atentos à oferta de produtos exclusivos, originais e de bom gosto. Ou seja, pode-se lançar o embrião de uma iniciativa associativista do município na forma de cooperativa de trabalho dos profissionais de tecelagem artesanal de Campo Limpo Paulista. O trabalho de criação, inicialmente, poderia ser inteiramente direcionado a vestuário e acessórios. A partir de então, novos materiais e formas para levar a produção de artigos de decoração, como tecidos para cortinas e forrações, poderiam ser pesquisados. O trabalho, podendo envolver dezenas de cooperados, entre tecelãs e costureiras, que produziriam em suas próprias casas ou no atelier, e centrado no propósito comum de produzir e transformar tecidos artesanais em peças utilitárias, com *design* elaborado, poderia modificar o cenário turístico do município. As necessidades de matérias-primas, equipamentos, vendas e apoio administrativo poderiam ser supridas pela cooperativa e reembolsadas por meio de taxa de administração, com rateio proporcional à produção. Os cooperados buscariam, na capacitação proporcionada pela FISA, o instrumento de fortalecimento da cooperativa.

5.2. Associativismo em Comercialização

Os princípios doutrinários do cooperativismo e as vantagens do associativismo poderiam ser planejados e assessorados pela FISA de Campo Limpo Paulista, que poderia proporcionar a necessária solidez de uma iniciativa de um simples grupo de pessoas com objetivos comuns. Os exemplos ilustram as inúmeras possibilidades da proposta de criação da incubadora social de Campo Limpo Paulista. Sua atuação, para ter êxito e adesão dos moradores e autoridades da região, ocorreria por meio de parcerias e alianças estratégicas com Governos Municipais, SEBRAE, SENAC, associação comercial e industrial, entidades associativistas e organizações sociais locais.

Os dados da pesquisa indicaram um significativo potencial para ampliar a renda dos habitantes de Campo Limpo Paulista e região, através da experimentação não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego (cooperativas para: reciclagem de lixo; fabricação de produtos ecológicos; oficinas de artesanatos; hortas comunitárias; e atividades afins).

5.2.1. ONG Caminho Verde

É uma organização cuja iniciativa tem como foco ações de monitoramento, preservação e proteção do ambiente natural da região, pela intervenção no poder público através de mobilizações pacíficas como forma de melhoria das condições ambientais e da qualidade de vida, o que tem rendido frutos em benefício da comunidade local, gerando trabalho e renda como forma de inserção social para parte da comunidade menos favorecida. Este foi o meio que a associação encontrou para preservar a riqueza natural da região e promover a igualdade social pelo acesso à informação, educação e, consequentemente, saúde.

As atividades que se destacam são: a mostra fotográfica da Serra dos Cristais na área cultural; parceria com a Casa de Recuperação de Moradores de Rua, São Miguel Arcanjo, e coleta seletiva de materiais recicláveis com geração de trabalho e renda, coleta de óleo de cozinha usado para transformação em biodiesel, coleta de pilhas e baterias, ações na área social; com conferências, seminários, manifestações, mobilizações, protestos e abaixo-assinados na organização da sociedade civil e com participações em eventos nas esferas municipal, estadual e federal relacionados à legislação e planos de preservação do meio ambiente.

A manutenção e sustentabilidade da organização ocorrem por contribuição voluntária e por meio de parcerias com a iniciativa privada e a Prefeitura de Campo Limpo Paulista.

Seus projetos são: “Não jogue seu planeta no ralo”, com a finalidade de proteger e conservar a cabeceira da Bacia do Rio Jundiá, e conduzindo à implementação de mini usina de Biodiesel; “Educação Ambiental onde moro?”, com a finalidade de conscientizar e mobilizar o cidadão para atitudes de cooperação e conservação do seu ambiente natural; “Coleta de pilhas e baterias usadas”; “Sacolas ecológicas”; “Educação Ambiental: reciclando papel”, entre outros.

A incubadora aqui proposta poderia tornar-se parceira desta organização, empenhando-se no desenvolvimento de novos projetos, de atividades para viabilidade econômica, social e ambiental, intermediando e formando parcerias para o processo de implantação desses projetos, oferecendo apoio nos aspectos de educação e informação. Poderia, também, engajar-se nos projetos ora existentes que carecem de apoio informacional, educacional ou econômico através da formação de novas parcerias com a comunidade social e empresarial.

5.2.2. Grupo de Artesanato

Uma iniciativa em benefício de trabalho e renda local poderia ser a criação de cooperativas e associações de artesãos e de artistas da região que poderiam, além de proporcionar renda aos munícipes, gerar produtos aos turistas que Campo Limpo Paulista poderia demandar. Exemplo nesse sentido poderia ser a criação de um *Grupo de Artesanato de Campo Limpo Paulista*, cuja formalização jurídica e operacional poderia ser preparada pela incubadora social (FISA). A Prefeitura poderia proporcionar a infraestrutura necessária para a comercialização dos produtos gerados pelo artesanato regional, transformando-se em ponto de passagem obrigatória de turistas que visitam a região. O empreendimento poderia resultar na geração de emprego e renda, dois componentes importantes na vida de uma comunidade que poderia frutificar a partir de uma simples criação de incubadora, sem ônus para os cofres públicos. Ou seja, a **incubadora** poderia atuar, indiretamente, em regime de parceria com **instituições** (FACCAMP, Associação Comercial e Industrial e Prefeitura Municipal) e com as **MPEs** (micro e pequenas empresas; ONGs; associações e cooperativas) que, de fato, incumbiriam-se da operacionalização da cadeia produtiva sustentável a ser criada.

5.2.3. Cooperativa de Empreendedores em Agronegócios

Os dados da pesquisa indicaram um significativo potencial para ampliar a renda dos habitantes de Campo Limpo Paulista e região, através da experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção e comercialização de produtos inerentes ao agronegócio.

5.2.4. Rede de Empreendedores em Turismo Sustentável

Os dados da pesquisa indicaram um significativo potencial para ampliar a renda dos habitantes de Campo Limpo Paulista e região, através da exploração do turismo sustentável.

Este desenvolvimento sustentável poderia, ainda, abranger as várias fases do ciclo de vida do turismo ecológico e histórico-cultural, levando-se em conta certas restrições ambientais, sociais, culturais e econômicas. Sem essas restrições, as atividades turística, cultural e histórica poderiam expandir de maneira desordenada, o que provocaria impactos socioambientais negativos.

O turismo sustentável, como opção econômica, é coerente com a tendência que vem ocorrendo em vários países, onde constitui um dos principais recursos de criação de empregos e renda. É uma natural decorrência do processo de urbanização, metropolização e ampliação

de tempo livre em relação às horas trabalhadas que contribui para o desenvolvimento das atividades turísticas.

Representa uma atividade que, quando alcança um nível elevado de desenvolvimento, pode servir de base econômica para uma região, requerendo apenas atenção para os impactos ambientais que pode provocar. É uma atividade que consome espaço geográfico; exige a construção de infraestrutura; e integra a população local. O desenvolvimento originário do fluxo de turistas pode ser benéfico para a população e para os cofres públicos, mas também pode gerar inúmeros problemas sérios para as comunidades afetadas. As diretrizes e recomendações, centradas no turismo ambiental, enfatizando os serviços prestados pela incubadora, podem possibilitar o exercício do ecoturismo e atividades autosustentáveis com potencial de criação de empregos e renda à comunidade local.

As atividades ligadas a esta opção de desenvolvimento sustentável compreende a utilização de técnicas com o objetivo de:

- criação, elaboração, análise e interpretação de planos e projetos turísticos;
- realização de estudos tendentes a explicar os fenômenos turísticos, bem como as respectivas origens, mudanças e evoluções;
- análise dos efeitos dos pólos emissores e receptores sobre os indivíduos, grupos ou categorias sociais; e interpretação de dados sobre os costumes, práticas e hábitos de fluxos turísticos;
- elaboração de projetos ou estudos de planejamento, organização, funcionamento e exploração de empreendimentos turísticos em organizações privadas e/ou públicas;
- otimização e equilíbrio dos benefícios econômicos, ambientais e sociais do turismo, com distribuição desses benefícios para a sociedade, minimizando possíveis problemas no setor;
- planejamento da infraestrutura física, orientadora do desenvolvimento local sustentável e articulação para o desenvolvimento coordenado de todos os elementos do segmento de turismo;
- estabelecimento de diretrizes e padrões para planos detalhados de áreas de desenvolvimento de turismo; e integração do turismo nas políticas de desenvolvimento global e nos padrões da região e estabelecimento de relações entre turismo e outros setores econômicos;
- alternativas de preservação dos recursos naturais e culturais para mantê-los indefinidamente conservados para o futuro, a partir de sua preservação no presente.

Constatou-se, também, que uma boa parcela dos turistas na região retornava à sua cidade de origem no mesmo dia, o que pode significar possibilidades de exploração de atividades relacionadas à venda de peças de artesanato regional, ao turismo ecológico direcionado ao circuito gastronômico, ao turismo de aventuras nas trilhas e cachoeiras, nos esportes de aventura ou apenas um local de descanso em uma região de clima diferenciado.

Complementar às ações propostas, a Prefeitura Municipal pode criar uma programação cultural com inclusão de apresentações da Orquestra de Metais, do Grupo de Teatro e do Coral da Faculdade Campo Limpo Paulista. A implementação das ações aqui propostas poderão se beneficiar de programas e serviços existentes na região.

Conforme dados do Portal do Governo do Estado de São Paulo e do COMTUR – Jundiá, a cidade oferece diversos roteiros turísticos, dos quais destacamos alguns: roteiro cultural com visita a Museus e ao Centro Histórico, roteiro ecológico com caminhadas por trilhas leves em fazenda na encosta da Serra do Japi, o roteiro circuito das frutas por meio de visitas a pequenas propriedades de agricultura familiar, e o roteiro do enoturismo com visita aos produtores de uva e vinhos artesanais.

Já é possível receber turistas advindos da capital paulista em um trem composto por uma locomotiva de 1952 e dois carros de passageiros da década de 1960, restaurados pela Companhia de Trens Metropolitanos (CPTM), batizado de Expresso Turístico. As saídas são

da Estação da Luz, São Paulo, direto para a Estação Jundiaí e, no percurso de 61 quilômetros, passa por Campo Limpo Paulista. Esta viagem ocorre somente aos sábados. Com infraestrutura gastronômica e hoteleira completa, Jundiaí tem agenda cultural atraente, além das tradicionais festas: Festa da Uva, Festa do Morango, Festa do Vinho Artesanal, Festa da Colônia Italiana e Festa Portuguesa.

Conforme dados da Prefeitura da Estância de Atibaia, esta é outra cidade que tem forte apelo turístico, com atrações como o Festival Atibaia de Cultura que conta, entre outras, com o Festival Internacional da Imagem Fotográfica, Festival de Inverno e a famosa Festa do Morango que acontece no mês de setembro, e alternativas para os praticantes de voo livre, *trekking* e escalada, além de ótima infraestrutura gastronômica e hoteleira.

Jarinú é outra cidade vizinha que oferece infraestrutura gastronômica e hoteleira de ótima qualidade e participa de alguns eventos associados às cidades de Jundiaí (tradição italiana) e Atibaia (Festa do Morango).

Cabreúva é uma cidade com centro histórico-cultural interessante, opção de turismo ecológico e montanhismo, além da rede hoteleira e gastronômica de ótima qualidade como, por exemplo, alguns *Spas* de excelente qualidade.

A cidade de Itupeva, segundo dados da Prefeitura do município, oferece opções de visitação rural, parques temáticos (Wet'n Wild e Hopi Hari), além da rede hoteleira de ótima qualidade.

Outros eventos acontecem periodicamente em outras cidades da região: em Louveira, a Festa da Uva e, em Várzea Paulista, a Exposição de Orquídeas. Louveira vem se dedicando ao agroturismo, turismo rural, e também oferece rede hoteleira de ótima qualidade.

Frente a estes dados, a incubadora poderia articular parcerias de maneira a integrar a cidade de Campo Limpo Paulista em alguns desses roteiros e criar novos roteiros convidando estas cidades a participar deles.

6. Conclusões

Este artigo apresentou uma proposta de desenvolvimento sustentável apoiada nos princípios do empreendedorismo social para a criação de uma incubadora destinada ao desenvolvimento de empreendedores sociais e suporte técnico aos empresários de micro e pequenas empresas de Campo Limpo Paulista.

Frente ao resultado da pesquisa com os munícipes e turistas relacionado à hospedagem, uma das soluções empreendedoras é criar um circuito de pousadas com atrações ecoturísticas para os hóspedes, proporcionando atividades durante o dia para os turistas, e até mesmo atividades entre pousadas, ou seja, cada pousada iria aproveitar o que tem de bom e complementar na atividade com outra pousada.

Ficou evidente, pela análise dos dados coletados ao longo do desenvolvimento do trabalho, que existe uma natural vocação da região para o desenvolvimento de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego. A proposta de incubadora observa os princípios da sustentabilidade econômica e tem como objetivo a prestação de serviços de suporte à criação de empreendimentos socioambientais e de aprimoramento do processo de gestão sustentável das micro e pequenas empresas, já em funcionamento na região.

BIBLIOGRAFIA

ABONG - *Pesquisa Nacional da ABONG*. Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais. São Paulo. 2002.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO. *Programa de desenvolvimento municipal*. ADEJ. Acesso em 07.11.07. disponível em: www.adej.org.br

ANDRADE, R.O. B., TACHIZAWA, T. e CARVALHO, A B. – *Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. 2ª. Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

BONTEMPO, P. C. Empreendedorismo Social e Inovação Catalítica. In: V Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2008, São Paulo. V EGEPE, 2008. ISSN 1518-4382.

BRAGA, Marcelo José e SOUZA, Uemerson Rodrigues de - Diversificação concêntrica na cooperativa agropecuária: um estudo de caso da COMIGO. Revista Gestão & Produção, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 169-179, jan.-abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. 1971.

CONTUR - CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE JUNDIAÍ. *Dados turísticos*. Disponível em: http://www.comturjundiai.com.br/sitecomtur/portal.nsf/V03.02/roteiro_index?OpenDocument. Acesso em 28.07.09.

ESTADO DE SÃO PAULO. *Portal do Governo do Estado de São Paulo*. SP Notícias. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=101360>. Acesso em 28.07.09.

_____. Decreto nº 54.103, de 12 de março de 2009. Regulamenta a Lei nº 12.226, de 11 de janeiro de 2006, que institui a Política Estadual de Apoio ao cooperativismo. Regulamentação da lei do cooperativismo paulista. 2009.

FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo . Pesquisa sobre Escalas de preservação, *Sinergia entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental*. Acesso em 09.10.07. Disponível em: <http://www.fapesp.br>

FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo . Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo. BIOTA-FAPESP. Acesso em 07.11.07. Disponível em: <http://www.biota.org.br>

- FUNDAÇÃO SEADE. *Índice Paulista de Responsabilidade Social*. São Paulo : Assembléia Legislativa de São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: .30.09.07.
- GADIESH, O.; GILBERT, J.L. (1998), "*Profit pools: a fresh look at strategy*", Harvard Business Review, Vol. 76 No. 3, pp. 139-47.
- GARÓ, E. J. , LEITE, S. R. e TACHIZAWA, T. Incubadora social para o desenvolvimento de micro e pequenas organizações no contexto socioambiental de campo limpo paulista e região. Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.1, n.2, p.63-83, 2007.
- GODOI-DE-SOUZA, E. Empreendedorismo Social e Franquia Social no Brasil. In: V Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2008, São Paulo. V EGEPE, 2008. ISSN 1518-4382.
- IPEA – *Pesquisa Ação Social das Empresas*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. São Paulo 2007.
- KOTLER, P. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. 5. ed. São Paulo : Atlas, 1998.
- Lei federal no. 10.257/2001. Estatuto das cidade. Distrito Federal. 2001.
- LOJO, M., "*Contracting of high-technology industrial services*", unpublished PhD dissertation, Sloan School of Management, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA. 1997
- MARQUES, E. V.; CUNHA, M. A.; MEIRELLES, F. S. *Modelos de gestão de tecnologia de informação no setor público brasileiro*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador : ANPAD, 2002.
- MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. *O processo da estratégia*. 3. ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.
- NASCIMENTO, C. B.; SANTOS, F.; MARQUES, M. A. J.; HOFFMANN, M. G. S.T.; CUNHA, M. G.; DIAS, M. O desafio de integração de comunidades menos favorecidas do entorno de Parques Tecnológicos – O Caso Sapiens Parque Anais ANPROTEC, 2008.
- NOLAN, R. L. *Note on information technology and strategy*. Boston : Harvard Business School, 1993.
- OLIVA, R. and KALLENBERG, "*Managing the transition from products to services*", International Journal of Service Industry Management, Vol. 14 No. 2, pp. 160-72. 2003.
- OLIVEIRA, D. M., ROCHA, M. C. L., XIMENES, P. K. M., CÂMARA, S. F., PINTO, F. R. Empreendedorismo Social com Inclusão Digital: O Caso Pirambu Digital. In: V Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2008, São Paulo. V EGEPE, 2008. ISSN 1518-4382.
- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, *ONG Caminho Verde*. Organização social que sucedeu a SOS Campo Limpo, Campo Limpo Paulista - SP, 2007.

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, *ONG Mata Ciliar*. Jundiaí.- SP, 2007.
Disponível em : www.mataciliar.org.br

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, *ONG Ecomursa*. Várzea Paulista.- SP, 2007.
Disponível em : www.ecomursa.org

OSBORNE, D.; and GAEBLER. T. *Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1992.

LOUVEIRA desperta para o turismo rural. O Estado do Paraná, Curitiba, 19 jul. 2008.
Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/canal/viagem-e-turismo/news/75704/?noticia=LOUVEIRA+DESPERTA+PARA+O+TURISMO+RURAL>,
acesso em 17.08.09.

PRAHALAD, C. K.; and HAMEL, G. *The core competence of the corporation*. *Harvard Business Review*, p.79-91, May-June 1990.

PREFEITURA DE CABREÚVA – *Dados do Município e Região*. Disponível em
<http://www.cabreuva.sp.gov.br> e
http://www.cabreuva.sp.gov.br/Secretarias/Cutura_Turismo/cultura_turismo.html, acesso em
17.08.09.

PREFEITURA DE CAMPO LIMPO PAULISTA – *Dados do Município e Região*.
Disponível em <http://www.campolimpopaulista.sp.org.br/>, acesso em 06.09.07.

PREFEITURA DE ITUPEVA – *Dados do Município e Região*. Disponível em
<http://www.itupeva.sp.gov.br/modulos/canais/descricao.php?cod=72&codcan=71>, acesso em
17.08.09.

PREFEITURA DE VÁRZEA PAULISTA – *Dados do Município e Região*. Disponível em
<http://www.varzeapaulista.sp.gov.br/orquivarzea/>, acesso em 17.08.09.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. Atlas do
DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Tabela do ranking dos Municípios 1991 - 2000*.
(Excel). Disponível em <<http://www.pnud.org.br/IDHM>>, acesso em 15.09.2007.

REVISTA INTEGRAÇÃO. *A Contratação de OSCIP's pela Administração Pública*. Junho/2006.
X. No. 63. CETS – Centro de Estudos do Terceiro Setor. FGV SP – EAESP. Disponível em
<<http://www.fgvsp.br/integracao>>, acesso em 20.09.07.

REVISTA SEBRAE. *Cooperação – A gente faz mais trabalhando juntos*.
Novembro/Dezembro de 2002. N. 7. ISSN 1676-9589.

REZENDE, D. A. *Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático
para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das
organizações*. São Paulo: Atlas, 2003.

SENADO FEDERAL – SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA, *As ONGs na Mídia – O Perfil do Terceiro Setor na Imprensa*. Estudo elaborado pela SEPOP/SECS – Brasília, novembro de 2006.

TACHIZAWA, T. – *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa focada na Realidade Brasileira*. 5^a. edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

_____ - **Organizações Não-governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 3^a. edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

TACHIZAWA, T. e MENDES, G. – *Como fazer monografia na prática*. 13^a. edição. Editora Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

TACHIZAWA, T. e FARIA, M. S.. – *Criação de novos negócios: gestão de micro e pequenas empresas*. 3^a. edição. Editora Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

UNIRCOOP. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro: História, cenários e tendências**. Março de 2003. Trabalho de Pesquisa desenvolvida pelas: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Disponível em <http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0325.pdf>, acesso em 28.07.09.

VASCONCELOS FILHO, P.; PAGNONCELLI, D. *Construindo estratégias para vencer: um método prático, objetivo e testado para o sucesso da sua empresa*. Rio de Janeiro : Campus, 2001.

VDMA, *Dienen and verdienen*, VDMA Verlag, Frankfurt.1998.

WISE, R. and BAUMGARTNER, P., *"Go downstream: the new imperative in manufacturing"*, Harvard Business Review, Vol. 77 No. 5, pp. 133. 1999.